



Associação Nacional de
Pós-Graduação e Pesquisa
em Ciências Sociais

À

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR)

Ministra Ideli Salvatti

Setor Comercial Sul - B, Quadra 9, Lote C

Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 10º andar

Brasília – DF

70308-200

E-mail: direitoshumanos@sdh.gov.br

(Com cópia)

Presidência da República

Ministério da Saúde

Ministério da Educação

Ministério da Justiça

Ministério da Educação e Cultura

Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM

Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal

Presidência da Câmara dos Deputados

Senado Federal

- Moção apresentada e aprovada durante a 39ª Assembleia Geral e Ordinária da ANPOCS para encaminhamento aos órgãos competentes acima citados.

REF.: Moção 002 /2014 - Moção proposta pelo Grupo de Trabalho Sexualidade e Gênero da ANPOCS

- 1) Frente ao impacto negativo sobre a saúde e a mortalidade das mulheres resultante do atual estatuto legal do aborto no Brasil, especialmente nas situações em que é realizado clandestinamente, a ANPOCS manifesta sua preocupação e seu apoio: a) às atuais iniciativas de descriminalização do aborto já previstos em lei.
- 2) A ANPOCS manifesta sua preocupação com o recrudescimento no país da violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em suas várias dimensões. Neste sentido,

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 - 1º andar - Cidade Universitária
CEP 05508-900 – São Paulo SP
Telefaxes: +55 (11) 3091.4664 / 3091.5043 / 3091.4728
anpocs@anpocs.org.br
www.anpocs.org.br



Associação Nacional de
Pós-Graduação e Pesquisa
em Ciências Sociais

recomenda a urgente implantação de políticas públicas que possam fazer face a tal situação, sobretudo no que diz respeito a políticas de educação.

- 3) A ANPOCS manifesta seu apoio às propostas legislativas que visam regulamentar a possibilidade de alteração de nome e sexo no registro civil, especialmente relevante para o pleno reconhecimento e exercício da cidadania para as pessoas transexuais e travestis...
- 4) A ANPOCS manifesta preocupação com o crescente cerceamento dos direitos das/os trabalhadoras/es sexuais, e chama a atenção para as ações difusas de controle e repressão atualmente em curso em diferentes cidades do país, colocando em risco direitos fundamentais dessas pessoas, como o direito à saúde e à vida.

Gustavo Lins Ribeiro
Presidente da Anpocs

Caxambu, 30 de outubro de 2014.